

QUINTO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO		
AGTE.(S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL		
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA		
AGDO.(A/S)	: PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA		
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA	E	
	OUTRO(A/S)		
AGDO.(A/S)	: EDUARDO DA COSTA PAES		
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA	E	
	OUTRO(A/S)		

DESPACHO

**RECURSO – CONTRADITÓRIO –
OBSERVÂNCIA.**

1. O assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza prestou as seguintes informações:

Vossa Excelência, em 8 de maio de 2018, declinou da competência para a primeira instância da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, consignando que os delitos imputados ao investigado Pedro Paulo Carvalho Teixeira – previstos nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com o 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da Lei nº 7.492/1986 – teriam sido cometidos parte em 2010, quando exercia mandato de Deputado Estadual, parte em 2014. Assentou que, nesse último caso, apesar de supostamente praticados quando já ocupava o cargo de Deputado Federal, não estão a este relacionados,

INQ 4435 AGR-QUINTO / DF

porquanto ligados ao recebimento de R\$ 300.000,00, de maneira oculta, para a campanha à Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Proclamou o não enquadramento da situação jurídica em termos de competência do Supremo. Conforme frisou, o fato de alcançar-se mandato diverso daquele no curso do qual alegadamente cometidos os crimes não enseja o que apontado como elevador processual, deslocando-se autos de inquérito ou processo-crime em curso.

A Procuradora-Geral da República, mediante a petição/STF nº 35.518/2018, juntada à folha 337 à 340, interpôs agravo, postulando a reconsideração do pronunciamento. Assinala a competência da Justiça Federal, buscando a remessa do caso à Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. Destaca terem sido apontados, na petição em que requerida a instauração do inquérito, fatos em apuração alusivos aos anos de 2010, 2012 e 2014. Reporta-se àqueles ocorridos em 2012, referentes a supostos pagamentos, em favor dos investigados, de vantagem indevida, os quais teriam sido efetivados por meio de transferências no exterior, a revelar a possível caracterização do delito tipificado no artigo 22 da Lei nº 7.492/1986 e, conseqüentemente, a competência da Justiça Federal.

Requer: a) a reconsideração do ato agravado, para determinar a remessa dos autos à Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro; b) caso não acolhido o pedido anterior, o processamento da pretensão na forma do artigo 317 do Regimento Interno do Supremo, submetendo-a ao crivo do Colegiado.

Vossa Excelência, em 23 de junho de 2017, determinou o desmembramento destes autos, com reprodução integral e encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para sequência quanto ao investigado Eduardo da Costa Paes, que não detinha a prerrogativa de, ajuizada ação penal, vir a ser julgado pelo Supremo. A Primeira Turma, em 19 de setembro

INQ 4435 AGR-QUINTO / DF

de 2017, deu provimento a agravo formalizado pela defsa, para manter a investigação, integralmente, sob a jurisdição do Tribunal.

Os autos encontram-se no Gabinete.

2. Deem vista aos agravados Pedro Paulo Carvalho Teixeira e Eduardo da Costa Paes, para, querendo, apresentarem contraminuta, no prazo de 15 dias.

3. Publiquem.

Brasília, 18 de junho de 2018.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator